

Autores | Authors

ÊRIKA BARRETTO FERNANDES CRUVINEL*
erika.cruvinel@ifb.edu.br

DAVID FREDERIK DA SILVA CAVALCANTE**
david.cavalcante@etfbsb.edu.br

RENATO MENDES GOMES***
renatomendesgomes@gmail.com

MICHELLE SILVA DE OLIVEIRA
michelle.oliveira@ifb.edu.br

RAFAEL LAVRADOR SANT'ANA****
rafael.lavrador@ifb.edu.br

KEVER BRUNO PARADELO GOMES*****
kever.gomes@ifb.edu.br

A RELAÇÃO ENTRE COOPERADO E COOPERATIVA: UM ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA REDE TERRA

THE RELATIONSHIP BETWEEN COOPERATIVE MEMBER AND COOPERATIVE: A CASE STUDY OF COOPERATIVE REDE TERRA

Resumo: Mudanças nos padrões produtivos e dos mercados têm levado os agricultores familiares a buscarem alternativas produtivas e comerciais. Não obstante às críticas, haja vista seu papel na integração dos produtores rurais à lógica de mercado hegemônica, o cooperativismo tem sido apontado como estratégia factível à melhoria dos processos produtivos e comerciais. A partir do entendimento de que a questão mais significativa está na forma como o cooperativismo é construído, este trabalho procurou compreender quais são os elementos relevantes à relação entre os cooperados e a Cooperativa dos Agricultores Familiares Ecológicos do Cerrado – Rede Terra, sediada no município de Cristalina/GO. Os procedimentos metodológicos foram executados por meio de pesquisa de campo com análise de documentos da cooperativa e aplicação de questionários junto aos cooperados. Os resultados apontam para a necessidade da Rede Terra de buscar conciliar aqueles aspectos que a diferenciam (questões de ordem política e social) com as configurações exigidas pelos mercados.

Palavras-chave: Agricultura familiar, produção agrícola, cooperado.

Abstract: *Changes in production patterns and markets have led family farmers to seek productive and commercial alternatives. Despite the criticism, given its role in integrating rural producers into the hegemonic market logic, cooperativism has been pointed out as a feasible strategy to improve the productive and commercial processes. Based on the understanding that the most significant question is how cooperativism is constructed, this article sought to grasp the relevant elements to the relationship between the co-op members and the “Cooperativa dos Agricultores Familiares Ecológicos do Cerrado – Rede Terra”, headquartered in the municipality of Cristalina/GO. The methodological procedures were performed through field research with document analysis of the cooperative and application of questionnaires to the co-op members. The results point to the need of Rede Terra to seek to align those aspects that differentiate it (political and social issues) with the patterns demanded by the markets.*

Keywords: *Family farming; agricultural production; cooperate.*

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, antes relegada aos espaços marginais (WANDERLEY, 2009), tem se apresentado, nos últimos anos, como categoria social e econômica relevante (SCHNEIDER, 2016). Políticas públicas, tradicionalmente direcionadas à grande produção, passaram, pelo menos em parte, a priorizá-la sob a justificativa de que 70% dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro são produzidos pela agricultura familiar. Mesmo que esse dado seja de difícil comprovação, na medida em que não se deve restringir o cálculo apenas aos volumes físicos de mercadorias (HOFFMANN, 2014), o mais relevante é a nova percepção da participação desses agricultores nos arranjos produtivos.

Contudo, apesar dos avanços e do reconhecimento, a agricultura familiar ainda se encontra envolta em uma série de riscos relacionados à produção de orientação produtivista pautada pela máxima eficiência. Não obstante, ainda precisa responder aos desafios relacionados à produção a partir de práticas sustentáveis¹ (LEITE; DI SABATTO, 2009) e à atuação na solução de problemas sociais associados à pobreza rural e à manutenção do pequeno agricultor no campo. Para Schneider (2016), tal situação impõe aos agricultores familiares a necessidade de elaboração de estratégias capazes de reduzir riscos e incertezas como requisito para a continuidade desses arranjos produtivos. A pesquisa de Schneider (2016) indica que outros aspectos, além da produção, merecem atenção por parte dos agricultores familiares e dos gestores de políticas públicas.

Um problema enfrentado pelos agricultores familiares é a questão da demanda e da oferta. O grande desafio da agricultura familiar é inserir-se nos mercados (MILONE; VENTURA, 2016), principalmente se estiverem relacionados às características locais (processo endógeno). Segundo Azevedo (2016), uma alternativa é a criação de instituições que possibilitem a troca multilateral em que aquilo que for produzido possa ser consumido localmente, mas condicionado à interação entre consumidores e produtores, avançando para além da simples relação *oferta x demanda*.

Um caminho provável e talvez o mais utilizado nesse processo de interação entre produção e mercado envolve o cooperativismo, já que, historicamente, tem servido como instrumento responsável pela integração dos produtores rurais aos mercados.

O cooperativismo pode ser visto como elo fundamental à cadeia agroalimentar e, portanto, necessário, pois atua na mobilização do produtor e na adequação de sua produção às exigências da indústria (DUARTE, 1989). Uma compreensão similar sobre o que representa o cooperativismo é realizada por Silva Pires (2006, p. 88) ao apontar que a “via cooperativa tem se revelado capaz de atender às demandas globais a partir da organização de atores locais”. Contudo, para Schneider (1981) apud Scopinho (2007), quando calcado nas mesmas bases nas quais se estrutura o sistema agroalimentar tipicamente industrial, pouco contribui para mudanças sociais e econômicas. Pelo contrário, tende a aprofundar desigualdades.

A situação paradoxal imposta na lógica atual da interação do cooperativismo e agricultura familiar é abordada no estudo de Abramovay (1992), ao relatar que a agricultura familiar deve possuir interações mais modernas, porém com leituras que a aproximem da agricultura camponesa, resistente ao avanço capitalista no campo (FERNANDES, 2015). Já o “cooperativismo de mercado” deve se pautar pelo retorno econômico efetivo aos cooperados (BIALOSKORSKI NETO, 2012), sob o risco de perda de interesses de seus associados; sem mudança, porém, da estrutura social. Então, apesar da tendência de vinculação tanto da agricultura familiar quanto do cooperativismo aos mercados, não há perspectivas de mudanças na estrutura socioprodutiva hegemônica.

Devido a complexa questão relacionada ao posicionamento da agricultura familiar e do cooperativismo frente ao sistema socioprodutivo, este trabalho tem como objetivo compreender quais são os elementos relevantes na relação entre cooperado e cooperativa. Para realizar tal objetivo, os seguintes objetivos específicos foram estipulados: a) caracterizar o quadro social da Cooperativa Rede Terra; b) identificar as principais atividades produtivas e seus canais de comercialização; e c) analisar a percepção dos associados em relação à atuação da Cooperativa.

O trabalho foi efetivado a partir de estudo de caso. Segundo Gil (2010), nesse tipo de pesquisa, tem-se por objetivo não o conhecimento de uma população, mas uma visão global do problema a partir da identificação daqueles fatores que o influenciam e que por ele são influenciados. Na visão de Martins e Theóphilo (2016), o estudo de caso é uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real. Busca apreender a totalidade de uma situação e interpretar a complexidade de um caso concreto. Apesar de não haver uma sistematização, é possível compor um

1 A ideia de práticas sustentáveis está relacionada aos ajustes necessários para tornar a agricultura convencional viável economicamente, mas com reduzido uso (ou eliminação) de agrotóxico, além de socialmente inclusiva (ALTIERE, 2012).

plano de ação que proporcione condições técnicas para a elaboração de um produto final.

Foram realizadas pesquisas exploratória e descritiva. No que se refere à pesquisa exploratória, buscou-se, nos registros e documentos da Cooperativa Rede Terra, aqueles dados relevantes ao atingimento dos objetivos da pesquisa². A pesquisa descritiva foi realizada através da aplicação de questionário semiestruturado e teve como fim o aprofundamento na realidade social e produtiva dos associados. Com relação à amostragem, não houve uma definição prévia. Considerando-se a distância entre os assentamentos e a dispersão dos associados nesses assentamentos, optou-se, com apoio da gestão da Rede Terra, pela aplicação dos questionários em dia de Assembleia Geral. Foram obtidas respostas de 44 (quarenta e quatro) associados, os quais, segundo a gestão da Cooperativa, correspondem àqueles que efetivamente utilizam seus serviços. Com relação à análise dos dados, foi empregada estatística descritiva, que possibilitou a realização dos objetivos propostos relacionados à descrição e à sumarização do conjunto de dados levantados.

ELEMENTOS TEÓRICOS AO ESTUDO: AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO

AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar, mais que uma categoria social e econômica, de fato se apresenta como fundamental à cadeia agroalimentar, assumindo papel estratégico para a segurança alimentar, não somente no Brasil, mas em todo o planeta (SCHNEIDER, 2016). Sua importância tem sido cada vez mais evidente, sendo reconhecida mesmo pelos setores mais tradicionais e conservadores (CARNEIRO, 1997), o que se mostra especialmente expressivo, pois indica possibilidades de superação da condição histórica, marcada, segundo Wanderley (2009), pelo esquecimento.

Em relação à agricultura familiar, chama atenção a leitura realizada por Ricardo Abramovay. Para esse autor, não cabe mais interpretações estereotipadas de associar esses produtores à pobreza e ao atraso técnico, tal como apontam os estudos clássicos relacionados ao campesinato³. Pelo contrário, a agricultura familiar é a principal forma social responsável pelo progresso técnico

co nos países de capitalismo avançado (ABRAMOVAY, 1992). Por outro lado, Wanderley (2009) aponta que a agricultura familiar tem, em sua origem, raízes camponesas. A modernização, apropriada por apenas uma pequena parte dos agricultores familiares, fundamenta-se numa disputa entre desiguais em que grande parte do contingente de agricultores familiares continua relegada ao abandono e à pobreza.

Esse debate se mostra profícuo, pois interfere na discussão relacionada às políticas públicas. Para Fernandes (2015), as políticas públicas refletem uma correlação de forças, que, por sua vez, orientam-se por modelos distintos de desenvolvimento. Não obstante à conquista de maior espaço pelos agricultores familiares nos últimos anos, o que se traduziu em aumento do número de ações e recursos por parte dos governos, essas políticas são de cunho econômico produtivista, voltadas àqueles com potencial de inserção nos mercados típicos do agronegócio tradicional (VILELA, 2017). Nesses termos, não há de se comemorar avanços no que diz respeito às alterações das estruturas produtivas e sociais. Como pode ser observado, trata-se de categoria conceitualmente diversa, objeto de leituras distintas em termos teóricos e, não sendo esse o objetivo deste trabalho, optou-se por apenas situar a agricultura familiar no contexto atual. O entendimento aqui é de que a definição legal oferece os elementos necessários à identificação da categoria. Assim, a partir do disposto no art. 3º da Lei Federal nº 11.326/2006, temos que, agricultor familiar:

[...] é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

De todo modo, o que se pode perceber, mesmo quando abordado por autores cujos suportes teóricos se mostram distintos, é que há certa unanimidade em termos de reconhecimento da sua condição atual. Wanderley (2003), por exemplo, afirma que está em curso um processo de mudança com consequências que impactam diretamente as formas como os agricultores produ-

2 Vale ressaltar que o Instituto Federal de Brasília – IFB e a Rede Terra assinaram um termo de cooperação em que há previsão de realização de atividades de caráter técnico e científico.

3 O livro *A Questão Agrária*, de Karl Kautsky, apresenta uma boa discussão acerca das condições de vida do campesinato europeu.

zem e interagem socialmente, mas sem os transformar em “empresa capitalista”. A lógica familiar continua os distinguindo e os identificando. Schneider (2016), ao reconhecer que estão sujeitos aos condicionantes externos e internos, mostra que é preciso responder às mudanças relacionadas às demandas urbanas por alimentos saudáveis, bem como às inovações tecnológicas que têm imposto novas formas de produzir (nova competitividade).

Como resultado das transformações pelas quais a sociedade tem passado, a questão tecnológica, alicerce para o modelo agroalimentar cada vez mais exigente em termos de eficiência (mais técnica, com maior nível de insumos), tende a se intensificar, afetando diretamente o produtor rural, seja o grande, seja o pequeno (BERNSTEIN, 2011; PLOEG, 2011). O momento, portanto, apresenta-se de forma desafiadora, já que exige modificações das relações produtivas, organizacionais e comerciais. Segundo Favareto (2010), é preciso que, ao contrário do que tem sido adotado em termos de políticas públicas, privilegiem-se ações voltadas à dinamização econômica e ao fomento das inovações, como forma de, a partir do local, responder às exigências globais.

Oliveira et al. (2011) assinalam que o caminho para a superação do padrão vigente passa pelo uso de novidades, sendo estas diferentes das inovações, pois não seguem o mesmo padrão linear da produção de conhecimento utilizado desde a Revolução Verde⁴ (pesquisador – extensionista – produtor). Novidades são construídas a partir das realidades nas quais os agricultores se encontram imersos, a partir de suas experiências e conhecimentos. Elas encaminham para novas práticas e institucionalidades, mediadas pelos próprios agricultores, agentes locais de mudança.

Diante disso, pode-se depreender que o momento atual é paradoxal. Se, por um lado, pode ser visto como oportunidade, pois a agricultura familiar é quem apresenta as melhores condições de responder aos desafios relacionados à produção de alimentos de forma sustentável (SCHNEIDER, 2016); por outro, os padrões impostos tendem a reforçar modelos de organização e produção já consolidados a partir de práticas dependentes das cadeias agroalimentares tipicamente industriais.

COOPERATIVISMO

O cooperativismo moderno tem suas raízes nos chamados socialistas utópicos (PINHO, 1976; DUARTE,

2006, 1997, 1989; BIALOSKORSKI NETO, 2006, entre outros). Em 1844, surgiu aquela que ficou conhecida como a primeira cooperativa, a Sociedade dos Probos Equitativos de Rochdale. Além de ter obtido sucesso tanto social quanto economicamente, Rochdale se mostra especialmente importante, porque foi capaz de consolidar e estruturar uma série de regras relacionadas principalmente às formas de interação entre cooperativa e cooperado. A partir de Rochdale, o cooperativismo passou a ser utilizado como modelo de organização social e econômica nos mais diversos setores econômicos (indústria, agropecuária, habitação etc.).

Apesar de largamente utilizado no meio rural, nunca gozou de unanimidade entre seus estudiosos, principalmente quando relacionado à pequena produção. No entanto, não se pode deixar de considerar que continua sendo um caminho para a mudança social. Nessa perspectiva, pode ser considerado como instrumento de resistência e superação dos males causados pelo capitalismo (DUARTE; WEHRMANN, 2006).

No Brasil, o cooperativismo é regulado por legislação específica, a Lei nº 5.764/1971. Embora tenha introduzido avanços na área, o texto legal acaba restringindo a atuação em alguns aspectos por impor uma única forma de organização e funcionamento a todas as cooperativas, independentemente do ramo de atuação. Essa situação se mostra ainda mais crítica ao considerarmos o rural brasileiro e toda a sua diversidade.

Grandes e pequenos produtores estão submetidos a uma mesma lógica de operacionalização, pois a Lei nº 5.764/1971 não conseguiu eliminar o caráter contraditório do cooperativismo. Se, por um lado, não permite às cooperativas auferirem lucro, e exige a preservação do caráter democrático, separando capital do processo decisório; por outro, autorizam-nas (cooperativas) a realizarem operações comerciais típicas de empresas mercantis, nos mesmos moldes sem qualquer tipo de diferenciação.

O mesmo cooperativismo que outrora se apresentou como elemento de contestação, com o tempo passou a adotar formas de organização e funcionamento não tão coerentes. Em relação a essa transformação, Suzuki e Onofre (2009) afirmam que “modificaram seus preceitos para se tornarem cada vez mais competitivas, moldando novos padrões organizativos que utilizam a cooperação somente para fortalecer relações econômicas [...]”. Essa análise é corroborada por Schneider (1981), para o qual o cooperativismo atua dentro de uma lógica permitida, não chegando a se configurar como solução adequada; pelo contrário, pode agravar os problemas tão característicos da sociedade capitalista:

4 Conjunto de práticas produtivas implementadas na agricultura com vistas à elevação da produção e da produtividade via melhoramento genético e mecanização dos processos produtivos, tendo como uma de suas principais perspectivas o atendimento à indústria alimentícia (ALTIERE, 2012).

O cooperativismo típico, quando sobreposto a uma base produtiva desigual comandada pela “livre iniciativa”, tende a aprofundar as desigualdades existentes. Na verdade, o sistema opera dentro de um marco de mudanças “permitidas” que, do ponto de vista estrutural, são necessariamente marginais. Por isso, continua utópico pensar-se que este cooperativismo individualista, inserido no contexto de uma formação social que tem no capitalismo o seu modo de produção dominante, atue no sentido de reverter a dinâmica da expansão do capital e das forças sociais que sustentam este processo (SCHNEIDER, 1981, p. 31 apud SCOPINHO, 2007, p. 03).

Rios (2006) destaca que é preciso outro olhar acerca do cooperativismo, especialmente sobre aquele praticado no Brasil. Segundo o autor, mesmo que o cooperativismo opere dentro dos limites permitidos, voltado à busca da eficiência competitiva, não se deve esquecer que se trata de empresa cuja conotação é prioritariamente social; portanto, relacionada às mudanças. É preciso que o cooperativismo seja construído a partir dos termos originais e, inerentemente, como movimento social.

Na mesma perspectiva, Stahl e Schneider (2013) reconhecem que o cooperativismo se alinha à perspectiva de transformação, desde que a autogestão, de fato, seja o elemento condutor do processo, sendo necessário amplo envolvimento dos associados. Ressaltam, todavia, que não veem necessidade de exclusão de ferramentas gerenciais/administrativas já utilizadas por aquelas cooperativas de orientação para os mercados, contanto que estejam imbuídas no propósito de atendimento das reais necessidades dos associados.

A gestão também é colocada como questão crucial por Presno (2001). Segundo essa autora, sob o risco de desaparecimento desse tipo organizacional – quando as cooperativas são impelidas a negligenciarem a gestão social e privilegiarem o viés econômico de sua atuação –, é preciso desenvolver estratégias que as permitam tirar proveito de sua relação com o cooperado, situação que passa pela aproximação entre cooperativa e cooperado a partir do reforço de laços de confiança, à medida que

[...] a) oferece maiores potencialidades de aproveitar e/ou estabelecer redes produtor-produtor que possibilitem o fluxo permanente de informação com o intuito de obter melhoras e adequações contínuas nas qualidades e *standards* dos produtos e viabilizando assim uma melhor resposta à demanda; b) abre possibilidades de articulação competitiva entre cooperativas, nacional e internacionalmente – aspecto menos explorado e, segundo acreditamos, com potencialidades na

busca de maior competitividade em um mundo globalizado. (PRESNO, 2001).

Apesar da complexidade na qual está inserido e das críticas quanto à sua operacionalização, Scopinho (2007), Suzuki e Onofre (2009), Albuquerque e Cirino (2001) afirmam que o cooperativismo tem ganhado cada vez mais espaço no seio da agricultura familiar, notadamente quando vinculado a movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. Conflitos e desafios à parte, esse “novo” cooperativismo tem procurado se desenvolver a partir de dinâmica focada numa melhor distribuição de renda e no acesso a direitos. Impulsionado pelo crescimento dos últimos anos, tem se organizado cada vez mais, tanto é que, em 2005, foi criada União das Cooperativas de agricultura familiar e Economia Solidária – Unicafes, cuja missão é tornar o cooperativismo um instrumento popular de desenvolvimento local sustentável e solidário dos agricultores familiares, articulando iniciativas econômicas que ampliem as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos e melhoria de qualidade de vida (UNICAFES, 2017).

A COOPERATIVA REDE TERRA: UM ESTUDO DE CASO

A Cooperativa dos Agricultores Familiares Ecológicos do Cerrado – Rede Terra, constituída em 2009 com a participação de 24 agricultores e agricultoras familiares, tem como foco atuar no apoio à produção e comercialização dos produtos de seus associados. Sua constituição foi fomentada pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Apoio à agricultura familiar, também chamado Rede Terra, que tem atuado desde 2005 na formação de redes envolvendo associações, cooperativas, organizações não governamentais e o poder público. O propósito do Instituto Rede Terra está voltado ao desenvolvimento de projetos que promovam a agricultura familiar e a conservação do bioma Cerrado. A Cooperativa Rede Terra, portanto, deve ser vista como iniciativa não somente dos agricultores, mas de várias organizações comprometidas com questões relacionadas à agricultura familiar e a preservação do Cerrado.

Atualmente a Cooperativa Rede Terra conta com mais de 400 associados dispersos numa área que envolve os municípios de Cristalina, Valparaíso de Goiás, Luziânia, Cidade Ocidental e Novo Gama, todos no estado de Goiás. Ela tem funcionado como alternativa àqueles produtores familiares que, em seu cotidiano, encontram dificuldade para acessar os mercados tradicionais. Sua importância se volta à viabilização da atividade agropecuária, numa perspectiva econômica, mas de forma am-

bientalmente correta e socialmente inclusiva. Entre as inúmeras atividades desenvolvidas pela Cooperativa, merece destaque a comercialização da produção agrícola de seus associados (legumes, frutas, mel etc.), seja ela *in natura* ou processada. Além disso, fornece insumos, promove ações de formação/qualificação técnica e representa seus associados junto aos órgãos de governo e da iniciativa privada. Vale destacar que a Cooperativa utiliza os programas de compras governamentais PAA⁵ e PNAE⁶ como seus principais canais de comercialização. No entanto, para os associados, esses programas funcionam apenas como complementação de renda, considerando que a produção do associado vai além dos períodos e volumes permitido pelos programas.

Cabe destacar que a região onde a Cooperativa atua é marcada pelo contraste entre a produção familiar e o agronegócio. Cristalina, por exemplo, município goiano onde está sediada a Rede Terra, é destaque nacional em termos de produção agrícola. Além dos 630 pivôs instalados, a produção de sequeiro ocupa uma área de cerca de 210.000 ha (CRISTALINA, 2017), utilizada principalmente para a produção de grãos. Sua configuração, voltada à produção em larga escala, no entanto, contribuiu para a intensificação dos conflitos relacionados à questão agrária. A partir da década de 1990, com a intensificação de movimentos reivindicatórios por reforma agrária, Cristalina passou a ser palco de várias experiências voltadas à instalação de assentamentos rurais. Foram criados 09 assentamentos no município, que atendem cerca de 835 famílias (BRASIL, 2017a).

CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO SOCIAL

Apesar de majoritariamente constituída por assentados da reforma agrária (75% dos respondentes), foi constatado que há um número considerável de associados que fogem a essas características (6,8% dos respondentes se identificaram como arrendatário; 4,5%, como parceiros; e 13,6% se declararam como outros tipos de produtores). Como essa composição impõe à Cooperativa uma organização que seja capaz de atender tanto as demandas dos assentados quanto a dos não assentados, é de se esperar que sejam empenhados es-

5 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação governamental que utiliza um mecanismo de comercialização para a formação de estoques e distribuição às populações vulneráveis socialmente (BRASIL, 2017b).

6 O PNAE é uma política gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, voltada a atender de forma complementar todos os alunos matriculados na educação básica das escolas públicas, federais, filantrópicas, comunitárias e confessionais do país (BRASIL, 2017c).

forços no sentido de ofertar serviços distintos para cada segmento, correndo-se o risco, caso contrário, de privilegiar apenas parte dos associados. Situações como essa requerem bastante cuidado, pois podem onerar as atividades operacionais da Cooperativa, além de dificultar o processo de diálogo entre cooperados e cooperativa, mais fácil em grupos homogêneos.

Ainda em relação à caracterização do quadro de associados, mais especificamente no que se refere à titulação dos lotes, guiado pelo entendimento de que se trata de questão essencial à agricultura familiar e, especialmente, aos assentados da reforma agrária, é possível verificar que apenas 16,67% dos respondentes possuem título definitivo de seus lotes, enquanto 83,33% ainda esperam a regularização. Para os associados, este é um dos grandes problemas a resolver, pois a relevância da titulação está relacionada à insegurança jurídica quanto à propriedade da terra, o que fragiliza os aspectos sociais, econômicos e produtivos das famílias assentadas. Na maioria das vezes, possuir a titulação definitiva do lote é algo colocado como condição para acessar recursos, notadamente os financeiros/bancários, fundamentais à atividade produtiva.

Do conjunto de entrevistados, 50% afirmaram fazer parte da Cooperativa Rede Terra desde a sua fundação, enquanto aqueles associados a menos de um ano representam apenas 7,14%. Aqui é possível notar que a Cooperativa está num processo de estabilização de seu quadro de associados. Se, por um lado, esse pode ser um dado positivo, caso esteja relacionado às demandas dos associados, por outro pode indicar que a cooperativa não oferece perspectiva, haja vista o número de agricultores familiares – associados em potencial – existentes em sua região de atuação.

Outro aspecto referente aos associados da Rede Terra diz respeito ao tamanho das propriedades ou lotes⁷. Em média, as áreas são de 14,18 ha, mas com ocorrência de propriedades/lotes com 02 ha (mínimo) e 75 ha (máximo). Esses dados reforçam a condição de heterogeneidade do quadro social da Cooperativa. Isso implica na construção de respostas às demandas dos associados de forma a não caracterizar privilégio a determinado grupo. Em geral, situações como essa tendem a dificultar o processo de discussão e de decisões coletivas. Segundo Zylbersztajn (1994), a diversidade impõe complexidade à gestão, tendo em vista que cada segmento dentro do quadro social pode exigir um certo nível de especialização. Nesses casos, há elevado risco de privilegiar determinado grupo ou mesmo de enfrentar problemas decorrentes da elevação de custos.

7 O tamanho do módulo fiscal nos municípios goianos de Cristalina, Valparaíso de Goiás e Novo Gama é de 40 ha.

A respeito da diversidade do quadro social, ainda merecem ser mencionadas as considerações de Schneider (2016) em relação à diversidade e à heterogeneidade da agricultura familiar. Seus limites e possibilidades produtivas, relacionados ao tamanho da área, acesso a mercados, etc. justificam a busca de atividades não agrícolas. Nesse aspecto, é preciso considerar novos papéis para atribuir à Cooperativa Rede Terra.

ATIVIDADES PRODUTIVAS E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Foi verificado que a matriz produtiva é diversa, com destaque para quatro tipos de produtos: olerícolas/hortaliças (35 produtores), milho (33 produtores), frutas (32 produtores) e mandioca (31 produtores). A diversificação é importante, já que é apontada como um dos principais elementos relacionados à viabilização da agricultura familiar.

Além da segurança alimentar da família, a diversificação contribui para a minimização dos riscos relacionados aos aspectos econômicos, climáticos e de comercialização, notadamente no que diz respeito à sazonalidade dos preços (SAMBUICHI et al., 2014). No entanto, numa perspectiva mercadológica, tende a dificultar a atuação da Cooperativa e do próprio associado, pois o processamento, a armazenagem e a comercialização exigem infraestrutura, logística e canais de comercialização adequados a cada produto, além de demandarem mais mão de obra. O ganho de escala, nesses casos, tende a ser inviabilizado. Aqui, mais uma vez, há necessidade de se observar os apontamentos de Zylbersztajn (1994) relacionados à complexidade da gestão.

No que concerne ao beneficiamento, 36% dos respondentes afirmaram que realizam algum tipo de agregação de valor à produção. Então, se a agregação de valor é um dos caminhos à melhoria da remuneração da produção, principalmente daquelas que não trabalham sob a lógica da escala, como atuar nessa perspectiva e atender às demandas dos associados por tantos produtos? Considerando que os agricultores familiares, via de regra, têm dificuldade em acessar os mercados, cabe à Cooperativa desenvolver alternativas que permitam aos associados comercializarem sua produção da melhor forma possível. Uma das alternativas possíveis está relacionada à identificação de consumidores e canais de comercialização que estejam dispostos a aceitar os produtos dos associados.

Na perspectiva de Wilkinson (2003, p. 82), inovações organizacionais e tecnológicas têm potencial de contribuir para uma “economia de qualidade”, gerando, entre outras associações positivas, a aproximação entre

a produção do pequeno produtor, o meio ambiente e o rural.

Sob esse prisma, a proximidade do DF, grande centro consumidor, pode ser considerada como vantagem a ser explorada. Ainda nesse caminho, cabe destacar que 13,95% dos respondentes afirmaram produzirem artesanato. Como se trata de uma atividade não agrícola, pode ser que esse seja um caminho eficiente para a geração/complementação de renda, mesmo estando fora do escopo convencional de uma cooperativa agropecuária.

Quanto à renda dos associados, não obstante 40,91% dos respondentes terem declarado auferir renda superior a um salário mínimo mensal, é possível verificar que há grande variação, com destaque para o fato de que 25% dos respondentes tem renda anual inferior a R\$ 5.000,00, o que corresponde à média mensal de R\$ 416,66. Se comparada ao salário mínimo vigente à época da pesquisa (abril de 2015), vê-se que esse grupo de associados auferem renda próxima à metade do salário mínimo. Esses resultados são preocupantes, porque uma das propostas do cooperativismo se apoia no pilar “renda”, ou seja, propõe-se a melhorar os níveis de renda de seus associados.

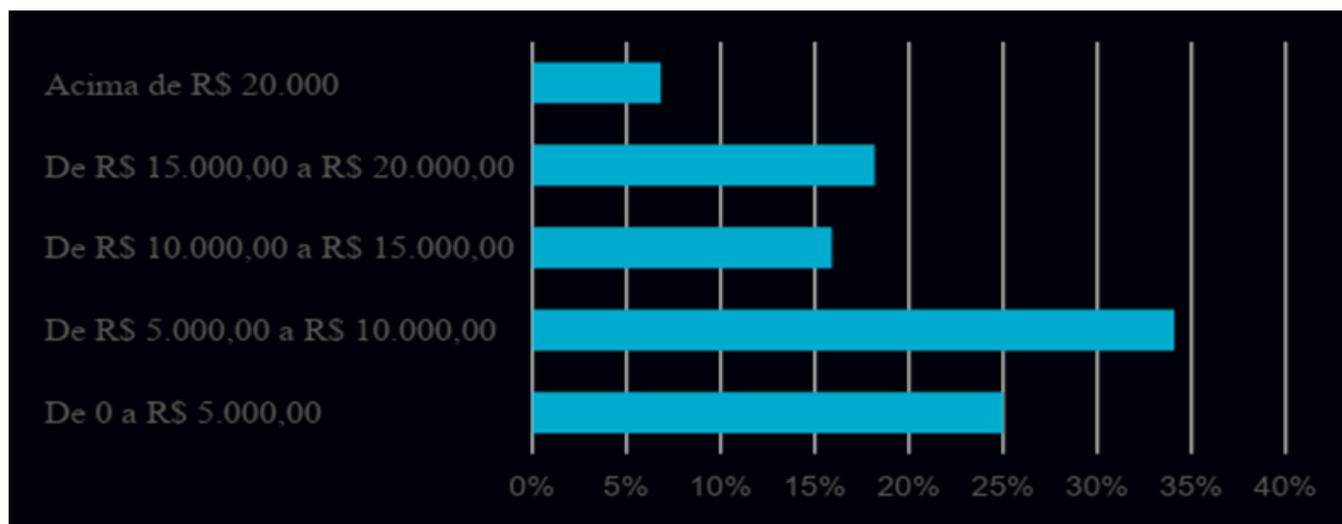
Há de se considerar a possibilidade dessa situação indicar que os produtores estão mais interessados em sua subsistência e, como tal, deixam de utilizar padrões produtivos mais adequados à produção com fins comerciais. Antes, porém, de uma conclusão a esse respeito, é preciso considerar que aspectos relacionados à sazonalidade da produção, planejamento financeiro e produtivo, acesso a crédito, etc. são fatores que notoriamente afetam a forma como os agricultores produzem.

A questão da renda é tema de muitas análises, sendo a principal variável para a avaliação da viabilidade do empreendimento. Navarro e Pedroso (2014), em estudo realizado a partir do Censo Demográfico de 2010, indica que entre 1,5 e 2 milhões de unidades não são passíveis de viabilização, pois se mostram incapazes de oferecer níveis de renda minimamente satisfatórios para garantir a permanência no campo. Qual o risco dos agricultores familiares associados à Cooperativa Rede Terra abandonarem a atividade agropecuária? Tal questionamento, deve entrar no rol de discussões da Cooperativa, considerando que a literatura já exposta nesse estudo ressalta a importância da variável *renda* para os cooperados.

Para melhor compreensão desses dados, os entrevistados foram questionados quanto à comercialização, pois o entendimento é que há relação direta entre canais de comercialização e renda auferida. Foi possível verificar que o Programa de Aquisição de Alimentos –

PAA se apresenta como principal canal de comercialização, utilizado por 39 associados, seguido pelas feiras, com 23 associados. O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, a comercialização realizada na propriedade e a venda conhecida como porta do cliente aparecem no mesmo patamar, com 16 respostas. Supermercados (11 respostas), atravessadores (10 respostas) e outros canais (02 respostas) são as outras opções de comercialização utilizadas. Evidente, então, é a importância de programas governamentais para os produtores, principalmente o PAA, utilizado por cerca de 89% dos entrevistados. Quando questionados acerca da importância do PAA e PNAE, 97% dos respondentes afirmaram que esses Programas são relevantes para a sua permanência no campo.

Gráfico 01 – Renda Anual dos Associados da Rede Terra



Ao que parece os processos de comercialização utilizados pelos associados são individualizados, ou seja, cada associado adota padrões mais adequados ou interessantes a sua realidade, mas dependentes dos Programas governamentais. De fato, a Cooperativa tem se mostrado como alternativa, não se configurando como única opção ao escoamento da produção.

O cenário é desafiador à Cooperativa, pois sua adequação a essa realidade requer atuação em mercados pulverizados, que, em geral, apresentam custos elevados e sem garantia de retorno financeiro. Aqui, é possível constatar o desafio posto ao cooperativismo da agricultura familiar: atender às necessidades dos associados, mas sem os transformar em meros produtores de mercadorias.

Ao serem questionados quanto à satisfação em relação aos programas de compras governamentais, os respondentes indicaram que o PAA tem respondido de forma mais satisfatória que o PNAE. Mais especificamente, 92,86% dos produtores que utilizam o PAA se dizem satisfeitos, enquanto no PNAE o índice é de apenas 60%. Ao buscar o entendimento para essas respostas, ou seja, a preferência pelo PAA, os associados apontaram as seguintes questões: facilidade para comercialização; melhoria na renda relacionada ao acréscimo no volume de vendas; e aumento na produção – com a garantia da compra de pelo menos parte da produção, sentem-se mais seguros para produzirem. Já em relação

às críticas, aspectos a serem melhorados, destacaram o baixo valor disponibilizado por produto/projeto, o cancelamento de compras, a falta de incentivo, e o alto custo de comercialização relacionado, principalmente, ao transporte e à entrega da produção.

Ainda em relação aos programas de compras governamentais, 97,73% dos entrevistados que afirmaram ser beneficiários do PAA e PNAE concordam que estes são programas relevantes à permanência na atividade agropecuária. Entre as justificativas apresentadas, a garantia de renda e a facilidade para a comercialização são destacadas como principais fatores. Já o único descontentamento apresentado está relacionado ao baixo valor dos produtos/projetos.

Esses resultados vão ao encontro de outras pesquisas, como a realizada por Costa et al. (2015) em cooperativas de agricultores familiares de Minas Gerais. Em ambos os casos, fica clara a importância das políticas de compras públicas. No entanto, “questões relacionadas à assistência técnica, adequação sanitária, gestão dos empreendimentos e logística foram identificadas como os principais desafios [...]” (COSTA et al., 2015, p. 123). Nesse caso, seria interessante, além de modificações de ordem estrutural desses programas (aspecto que foge ao controle de agricultores e cooperativa), trabalhar a formação dos associados, no sentido de aproximação do quadro de associados (PRESNO, 2001). E mais, empreender maior esforço em relação à produção, de forma a

se trabalhar uma produção mais uniformizada, conforme as demandas mais recorrentes dos programas.

PERCEPÇÃO DOS ASSOCIADOS EM RELAÇÃO À COOPERATIVA REDE TERRA

Na tentativa de se entender as motivações determinantes à construção dos laços entre cooperados e Cooperativa, ao serem questionados acerca das motivações que os levaram a se associarem, é possível perceber que a busca por mecanismo de facilitação da comercialização se apresenta como o principal motivo (54,54%). Chama atenção, todavia, o fato de apenas 9% dos respondentes indicarem a assistência técnica como motivação para a associação à Rede Terra, uma vez que 72,73% dos entrevistados responderam que já haviam participado de algum treinamento promovido pela Rede Terra.

No tocante à relevância da Cooperativa para seus associados, o estudo indicou que 92,9% dos respondentes consideram a Rede Terra importante para o desenvolvimento dos produtores (melhoria das condições de produção e comercialização). E mais, 18,18% dos respondentes se dizem muito satisfeitos e 70%, satisfeitos, o que demonstra a relevância das ações da Cooperativa. Na visão desses cooperados, a cooperativa os auxilia de forma muito consistente, tanto na comercialização de seus produtos, quanto na assistência técnica, e mesmo nos processos de regularização dos lotes.

A perspectiva de atuação ampliada, para além da comercialização, indica o comprometimento com aquelas ações voltadas ao empoderamento dos associados, configurando-se como um cooperativismo distinto daquele tradicional. De certa forma, esses dados corroboram a perspectiva de Presno (2001), para a qual as cooperativas precisam desenvolver estratégias de aproximação com os cooperados, de forma a se diferenciarem das demais empresas inseridas nos mercados.

Ao serem questionados quanto às sugestões de melhoria na cooperativa, os principais aspectos apontados foram: maior repasse aos produtores; aumento das visitas da assistência técnica; melhorias na comercialização; e diversificação dos produtos recebidos pela cooperativa. Mais uma vez, fica claro o desafio a ser enfrentado pela Rede Terra. As fragilidades e os aspectos a serem melhorados estão relacionados à dimensão produtiva/comercial. Sua dependência em relação às políticas públicas precisa ser superada através da consolidação de outros canais de comercialização. Mesmo que o cooperativismo da agricultura familiar precise ir além das tradicionais formas, sua sustentação continua calcada sobre a mesma base das cooperativas tradicionais. Tal

situação, segundo Wilkinson (2003) pode ser resolvida através de inovações tecnológicas e organizacionais, novos mercados, novos parceiros, novos produtos etc.

É importante considerar que a satisfação do associado está atrelada a fatores distintos daqueles comumente verificados nas cooperativas tradicionais e relacionados à comercialização da produção e ao fornecimento de insumos. A Rede Terra, como estratégia de atendimento das necessidades de seus associados, tem desenvolvido ações típicas de outras formas de organização, como os sindicatos. Se, por um lado, essa imbricação com a realidade pode ser positiva; por outro, pode distanciar a cooperativa de um dos aspectos mais relevantes aos produtores rurais, que é a comercialização e, conseqüentemente, a melhoria do nível de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi empenhado esforço no sentido de se compreender quais são os elementos relevantes na relação entre os associados e a Cooperativa Rede Terra, de forma a apontar aqueles aspectos mais urgentes à superação dos desafios relacionados à construção de um cooperativismo orientado às necessidades dos seus associados. De modo geral, é possível perceber que a Rede Terra tem desenvolvido ações típicas de outras formas de organização, como sindicatos e órgãos de extensão rural. Sua atuação, apesar de frágil no que diz respeito aos mercados, tem sido bem avaliada pelos associados, justamente por atuar em áreas pouco exploradas pelas cooperativas tradicionais, tais como representação política e social junto a órgão de governo e entidades da sociedade civil.

É evidente o potencial da Cooperativa Rede Terra, pois se encontra inserida numa região dinâmica do ponto de vista produtivo, com clima e solo favoráveis e posicionamento geopolítico estratégico devido à sua proximidade com o Distrito Federal, onde há uma das maiores rendas *per capita* do país, além de ser grande centro consumidor capaz de oferecer condições ao desenvolvimento de mercados diferenciados a partir de produtos de alto valor agregado. Seu grupo de associados (atuais, mas também os não associados, haja vista o número de agricultores familiares da região), apesar de dispersos, torna possível a adoção de ações voltadas ao desenvolvimento de produção "orientada", obtendo-se, a partir daí, ganhos de escala necessários à viabilização econômica da cooperativa.

Há, ainda, as possibilidades de parceria com empresas inseridas nas cadeias do agronegócio e mesmo o desenvolvimento de canais diretos com o consumidor. Tais ações podem contribuir para a redução da depen-

dência em relação às políticas públicas e, conseqüentemente, melhorar os níveis de produção e renda dos associados.

A Rede Terra precisa conciliar aqueles aspectos que a diferenciam (questões de ordem política e social) com as configurações exigidas pelos mercados. Para tal, é fundamental que a Cooperativa e os associados adotem padrões de produção diferenciados, alinhados às demandas dos consumidores.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. de; CIRINO, C. S. Expectativas e crenças dos usuários sobre as cooperativas agrárias. **Revista Psicologia**, v. 1, n. 2, p. 73-96, 2001.
- ALTIERE, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- AZEVEDO, P. F. Emergência de Instituições de Mercado: a criação de mercados como políticas para a agricultura. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- BERNSTEIN, H. A Dinâmica de Classe do Desenvolvimento Agrário na Era da Globalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 27, p. 52-81, ano 13, ago. 2011.
- BIALOSKORSKI NETO, S. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.
- _____. **Economia e Gestão de Organizações Cooperativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- _____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- _____. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Módulos Fiscais no Brasil**. Brasília, DF: 2018a. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- _____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra nos Estados** – Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Superintendência (SR – 04 – Goiás). Brasília-DF: 2017a. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Brasília, DF: 2017b. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília, DF: 2017c. Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/programas/alimentacao-escolar>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, abr.-set. 1997.
- CRISTALINA (Município). Prefeitura Municipal de Cristalina. **Sobre o Município: economia**. Cristalina-GO: 2017. Disponível em: <<http://www.cristalina.go.gov.br/sobre-o-municipio/economia/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- DUARTE, L. M. D.; WEHRMANN, M. E. S. F. Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar. In: SABOURIN, E. Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural. Brasília, 2006. Universidade de Brasília, **Cadernos do CEAM**, v. 06, n. 23.
- DUARTE, L. M. G. **Desafios do cooperativismo agrícola no Brasil contemporâneo: autogestão e eficiência empresarial**. 1999. 199 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 1999.
- DUARTE, L. M. G. A produção cooperativada brasileira e o sistema agroalimentar na década de 80. In: PORTO, M. S. G. (Org.). **Politizando a Agricultura no Campo Brasileiro: dimensões e olhares**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou "inovação por

- adição"? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010.
- FERNANDES, B. M. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 21, n. 1, p. 417-421, 2014.
- LEITE, S.; DI SABATTO, A. **Políticas públicas e agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- MILONE, P.; VENTURA, F. A mão visível na construção de novos mercados para economias rurais. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. A agricultura familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 7-20, 2014.
- OLIVEIRA, D.; GAZOLLA, M.; CARVALHO, C. X.; SCHNEIDER, S. A produção de novidades: como os agricultores fazem para fazer diferença? In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectiva teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- SUZUKI, J. C.; ONOFRE, G. R. Embates e Debates Sobre o Cooperativismo Rural. IV EPCT, ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA. Campo Mourão – PR. **Anais eletrônicos...** Fecilcam, 2009. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_exatas/04_ONOFRE_SUZUKI.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2017.
- PINHO, D. B. **A Atividade econômica cooperativa**. São Paulo: USP, 1976.
- PLOEG, J. D. V. D. Trajetória do Desenvolvimento Rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, n. 27, ano 13, p. 114-140, ago. 2011.
- PRESNO, N. As cooperativas e os desafios da competitividade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 17, p. 119-144, 2001.
- RIOS, G. S. L. Cooperação e tipos de cooperativismo no Brasil. **1º Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 2006. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/~michel/docs/Artigos_e_textos/Gestao_de_cooperativas/tipos%20de%20cooperativismo.pdf>. Acesso em: 02 set. 2017.
- SAMBUICHI, R. H. R.; GALINDO, E. P.; OLIVEIRA, M. A. C.; PEREIRA, R. M. A diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil. In: MONASTERIO, L. M.; NERI, M. C.; SOARES, S. S. D. (Edit.). **Brasil em desenvolvimento 2014: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2014, p. 61-84. (volume 2).
- SCHNEIDER, S. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 11-33, 2016.
- _____. **Mercados e agricultura familiar**. 2016. p. 21-52.
- SCOPINHO, R. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. especial, p. 84-94, 2007.
- SILVA PIRES, M. L. L. Cooperativismo e desenvolvimento local. In: TAVARES, José Roberto; RAMOS, Ladjane (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: GTZ.CDU, 2006.
- STAHL, R. L.; SCHNEIDER, J. O. As interfaces entre cooperativismo e economia solidária. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 49, n. 2, p. 197-206, 2013.
- UNICAFES. União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária. **História da Unicafes**. Francisco Beltrão, Paraná, 2017. Disponível em: <<http://www.unicafesparana.org.br/historia.php>> Acesso em: 15 jun. 2017.
- VILELA, S. L. O. Perspectiva para a agricultura familiar brasileira: elementos de um projeto político de desenvolvimento rural, para além de uma “questão tecnológica”. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017.
- WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2003.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos sociedade e agricultura**. 2003.

ZYLBERSZTAJN, D. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **Revista de Administração**, v. 29, n. 3, p. 23-32, 1994.

***** Possui graduação em Tecnologia em Silvicultura pelo Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus* São Joao Evangelista (2010), mestrado em Ciências Florestais pela Universidade de Brasília (2013) e doutorado em Ciências Florestais pela Universidade de Brasília (2018). Atualmente, é professor de ensino médio e superior do Instituto Federal de Brasília. Tem experiência na área de Recursos Florestais e Engenharia Florestal, com ênfase em Florestamento e Reflorestamento, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, agronegócio, extensão rural, vigor e sementes.

CURRÍCULOS

* Possui graduação em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal da Bahia (1994), mestrado em Botânica pela Universidade Federal da Bahia (1999) e doutorado em Ecologia pela Universidade de Brasília (2008). Atualmente, é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Tem experiência na área de Meio Ambiente, Botânica e Ecologia. Atua principalmente nos seguintes temas: Logística Reversa, Cerrado, biogeoquímica, agricultura familiar e estudos da relação pessoa-ambiente. Como educadora, atua na Educação Popular, Educação Ambiental, Educação Profissional, Educação Biocêntrica, Educação Prisional e Educação Perinatal, e na orientação vocacional/profissional a partir da abordagem dialógico-vivencial.

** Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB/Gama.

*** Graduação em Estudos Sociais, Licenciatura Plena com Habilitação em Geografia; Mestre em Educação Social pelo Instituto Politécnico de Santarém, Portugal.

**** Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (2006). Possui Mestrado Acadêmico em Ciências Contábeis pela UFPE (2009), especialização em Contabilidade e Controladoria Governamental pela UFPE (2009). É doutoranda do Programa de Pós-graduação em Administração de Organizações da Universidade de São Paulo (USP). Atua principalmente nos seguintes temas: Agronegócio, Análise das Demonstrações Contábeis, Pesquisa em Contabilidade, Educação Contábil, Educação a Distância, Contabilidade Geral, Contabilidade Pública, Administração Financeira e Orçamentária, Teoria da Contabilidade, Controladoria, Administração Pública, Governança, Governo eletrônico e Gestão e Economia da Saúde. É professora do Instituto Federal de Brasília.